

Política

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO

# Servidores questionarão demissão em massa

Entidades pretendem contestar legalidade das extinções de órgãos

Bruna Suptitz

brunas@jornaldocomercio.com.br

Até a madrugada de quinta-feira, dos 26 projetos enviados pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) no pacote de reestruturação do Estado, nove foram apreciados pela Assembleia Legislativa - todos aprovados. Entre as matérias estão todas as que tratam diretamente da extinção de órgãos estaduais.

Nas sessões de terça e quarta-feira, os deputados aprovaram a extinção das fundações Zoobotânica (FZB), Piratini (TVE e FM Cultura), de Economia e Estatística (FEE), de Recursos Humanos (FDRH), de Ciência e Tecnologia (Cientec), de Planejamento Metropolitano (Metroplan), de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (Figtf); Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag).

A previsão do Estado é demitir os cerca de 1,2 mil servidores vinculados aos órgãos. Mesmo concursados, o contrato é regido pela CLT, a qual prevê que, extinta a fonte empregadora, se encerra o vínculo de trabalho. Esta visão, contudo, é questionada pelos representantes dos servidores.

Ainda na segunda-feira, primeiro dia de apreciação dos projetos, os sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas protocolaram uma representação no Ministério Público do Trabalho. Eles questionam que as demissões em massa não

## ÓRGÃOS COM EXTINÇÃO AUTORIZADA PELA ASSEMBLEIA\*

Em 2015

1. Fundação de Esporte e Lazer do Estado (Fundergs)
2. Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa)

Em 2016

3. Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)
4. Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec)
5. Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)
6. Fundação de Economia e Estatística (FEE)
7. Fundação de Pesquisa Agropecuária (Fepagro)
8. Fundação Piratini (TVE e FM Cultura)
9. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)
10. Fundação Zoobotânica (FZB)
11. Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan)
12. Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag)
13. Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)
14. Fundação de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps)

\* A Assembleia Legislativa ainda vai analisar a revogação do dispositivo constitucional de plebiscito para privatizar ou federalizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Sulgás.

podem ocorrer sem negociação.

O mesmo é avaliado pelo Semapi-Sindicato, que representa seis destas fundações extintas. "A Assembleia aprovou um projeto de lei que fere direitos estabelecidos pela CLT", afirma Juliano Porsh, diretor da entidade.

A aposta é ainda manter o diálogo com a sociedade sobre os serviços prestados pelos órgãos, já que a extinção só ocorre de fato via decreto do Executivo. "A Assembleia não possibilitou o debate, porque a base do governo

não conhece nem se aprofundou no sobre o papel das fundações", reclamou Porsch.

Outro questionamento jurídico está sendo articulado por uma Frente em Defesa das Fundações, composta pelos sindicatos dos Jornalistas, Radialistas, dos Engenheiros, Semapi e Cpers. "As extinções não poderiam acontecer da forma como foi proposta. Vamos questionar a constitucionalidade e legalidade", informa o advogado Antônio Carlos Porto Júnior.

MINISTÉRIO PÚBLICO

## Prefeito de São Nicolau é preso por desvio de R\$ 370 mi

O prefeito do município de São Nicolau, na região Noroeste do Rio Grande do Sul, foi preso preventivamente, na manhã desta quinta-feira, e recolhido ao presídio de São Luís Gonzaga. Benone de Oliveira Dias (PMDB) é suspeito de desviar ao menos R\$ 370 mil dos cofres municipais. As informações são da Procuradoria de Prefeitos e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, pertencente ao Ministério Público do Estado.

De acordo com as investigações, o prefeito é suspeito de chefiar uma organização criminosa para o desvio de dinheiro público em benefício próprio e de um de seus filhos. Informações preliminares apontam que, até o momento, Benone teria desviado R\$ 370 mil, no entanto não está descartada a hipótese

de apropriação de outros R\$ 600 mil que teriam passado pela conta do prefeito.

Segundo o promotor-assessor da Procuradoria de Prefeitos, Heitor Stolf Júnior, o esquema de fraude funcionava por meio da emissão de cheques, feita pelo prefeito, cujos valores eram sacados por servidores associados ao grupo direto do caixa, com a falsa justificativa de que o dinheiro era para o pagamento de credores. No entanto, os valores em espécie eram entregues diretamente a Benone. Para tentar burlar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, o prefeito falsificaria recibos de pagamento.

A procuradora da prefeitura de São Nicolau, Viviane Costa, disse que vai ingressar na Justiça de Porto Alegre com um pedido de liberdade provisória do prefeito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## Deputados cassam mandato parlamentar de Mário Jardel

Marcus Meneghetti

marcus@jornaldocomercio.com.br

Depois de um processo que tramitou mais de um ano, os deputados estaduais cassaram, na sessão desta quinta-feira, da Assembleia Legislativa, o mandato do parlamentar Mário Jardel (PSD), por 51 votos favoráveis e nenhum contrário. Segundo a Procuradoria-Geral da Casa, o resultado da votação deve ser publicado no Diário Oficial do Legislativo nesta sexta. Depois disso, a Mesa Diretora pode convocar o suplente.

O primeiro suplente é o vereador reeleito de Porto Alegre Tarcísio Flecha Negra (PSD). O segundo é o vice-prefeito de Livramento, Edu Oliveira (PSD). Havia expectativa de que o suplente pudesse assumir no lugar de Jardel, somando mais um voto a favor do pacote de medidas proposto pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) - que está sendo apreciado pelos deputados.

O presidente da Comissão de Ética da Casa, deputado Juliano rodo (PCdoB), acredita que a convocação não vai fazer diferença. "Acredito que a convocação do suplente não vai fazer diferença, porque os trabalhos devem terminar na sessão desta quinta. Além disso, há rumores que o Tarcísio não quer assumir", avaliou Roso - lem-

brando ainda que, nesta legislatura, dois parlamentares foram caçados pela primeira vez na história do Parlamento gaúcho.

O processo contra Jardel começou em dezembro de 2015. Em agosto, o Tribunal de Justiça (TJ) concedeu liminar impedindo a votação em plenário da perda do mandato - acatando a tese da defesa de que o parlamentar não havia sido ouvido durante a fase de depoimentos da subcomissão processante (órgão da comissão de Ética).

Os trabalhos foram retomados em outubro. Jardel foi convocado a depor duas vezes, mas não apareceu, justificando a ausência com um atestado de saúde. Aliás, durante o processo, tirou três licenças médicas alegando estar com depressão.

Depois das convocações, o TJ liberou a subcomissão processante a prosseguir com o processo e, em dezembro, o relatório a favor da perda de mandato foi aprovado tanto na Comissão de Ética como na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No parecer, o relator do processo, Sérgio Turra (PP), defendeu que o parlamentar do PSD quebrou o decoro parlamentar ao obter diárias de viagem indevidamente, ao nomear a esposa de uma pessoa que fornecia drogas ao seu gabinete, entre outros episódios.

## Novos tumultos entre BM e servidores marcam manifestações contra pacote

CLAITON DORNELLES/IC



No quarto dia de votação do pacote de reestruturação do Estado, enviado à Assembleia Legislativa pelo governador José Ivo Sartori (PMDB), servidores públicos que se manifestavam na Praça da Matriz, do lado de fora do Parlamento, foram novamente atingidos com bombas de gás lacrimogêneo, lançadas pela Brigada Militar (BM), que cerca o local. Até o fim da tarde, houve cerca de sete momentos de confronto entre a BM e servido-

res de várias categorias, principalmente da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) e da Companhia de Energia Elétrica do Estado (CEEE). Foi o dia com mais conflitos. Entre os projetos do pacote que ainda não foram votados estão o que retira a obrigatoriedade de plebiscito para privatizar CEEE, Sulgás e CRM (Companhia Rio-grandense de Mineração); e o que limita as horas extras dos agentes penitenciários.